

A Igualdade de Gênero. Do Sonho Possível à Realidade Vivida: as contradições presentes na cooperativa das mulheres de Cametá/PA

La Igualdad de Género. Del Sueño Posible a la Realidad Vivida: las contradicciones presentes en la cooperativa de las mujeres de Cametá/PA

Gender Equality. From Possible Dream to Living Reality: the contradictions present in the cooperative of Cametá's women

Maria Salete Pantoja Aquime

Resumo: O presente texto versa sobre a história de luta e resistência das mulheres do município Cametá, Estado do Pará, que criaram, no ano de 2004, uma Cooperativa formada só por mulheres produtoras, buscando caminhos de resistência contra o patriarcado e o machismo presentes nas organizações sociais. Trazem para um debate mais amplo a luta pela igualdade nas relações de gênero, dentro dos movimentos sociais, a fim de perceber que são, junto com os homens, peças fundamentais no processo de desenvolvimento social. O texto relata a história de luta dessas mulheres desde a década de 1980, onde buscam o empoderamento feminino, até os conflitos e contradições presentes atualmente na Cooperativa, como a presença masculina na organização, a venda dos produtos para os atravessadores e a dificuldade em ter a sua luta reconhecida, visível, sobretudo em espaços ligados às representações sociais, como os sindicatos e em outras cooperativas de produção.

Palavras-chave: Cooperativa. Mulheres. Empoderamento. Contradições.

Resumen: El presente texto versa sobre la historia de lucha y resistencia de las mujeres del municipio Cametá, Estado de Pará, que crearon, en el año 2004, una cooperativa formada sólo por mujeres productoras, buscando caminos de resistencia contra el patriarcado y el machismo presentes en las organizaciones social. Traen para un debate más amplio la lucha por la igualdad en las relaciones de género, dentro de los movimientos sociales, para percibir que son, junto con los hombres, piezas fundamentales en el proceso de desarrollo social. El texto relata la historia de lucha de esas mujeres desde la década de 1980, donde buscan el empoderamiento femenino, hasta los conflictos y contradicciones presentes actualmente en la cooperativa, como la presencia masculina en la organización, la venta de los productos para los atravesadores y la dificultad en tener su lucha reconocida, visible, sobre todo en espacios ligados a las representaciones sociales, como los sindicatos y otras cooperativas de producción.

Palabras clave: Cooperativa. Mujeres. Empoderamiento. Contradicciones.

Abstract: This text focuses on the history of struggle and resistance of women in the city of Cametá, state of Pará, which created, in 2004, a cooperative formed only by women producing, seeking paths of resistance against patriarchy and machismo present in social organizations. They bring to a broader debate the struggle for equality in gender relations, within social movements, in order to realize that they are, together with men, fundamental pieces in the process of social development. The text reports the history of the struggle of these women since the decade of 1980, where they seek female empowerment, even the conflicts and contradictions currently present in the cooperative, such as the male presence in the organization, the sale of products to the middlemen and the difficulty of having their fight recognized, visible, especially in spaces linked to social representations, such as unions and other production cooperatives.

Keywords: Cooperative. Women. Empowerment. Contradictions.

Maria Salete Pantoja Aquime – Mestra em Sociologia e Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia- PPGSA da Universidade Federal do Pará. Professora de Sociologia e Filosofia da Rede Estadual de Educação. Assessora Popular da Diocese de Cametá. Assessora da ONG Centro Miriti de Assessoria às Mulheres. E-mail: saleteaquime@hotmail.com

INTRODUÇÃO

1. A trajetória de luta das mulheres de Cametá e a criação da cooperativa

Este texto faz parte do resultado de pesquisa de dissertação de mestrado, desenvolvida junto à Cooperativa das Mulheres de Cametá, nos anos de 2016 e 2017. Essa Cooperativa é referência na organização das mulheres, pois busca aprofundar as discussões de gênero, assim como ter a sua luta reconhecida, visível, sobretudo em espaços ligados às representações sociais, como os sindicatos e as cooperativas de produção.

Para que possamos compreender a criação da Cooperativa e sua composição somente de mulheres, faz-se necessário entendermos o processo de organização das mulheres pelo reconhecimento e visibilidade de sua participação nos movimentos sociais, em especial, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e nas Pastorais da Igreja Católica.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Cametá, fundado em 13 de janeiro de 1974, tinha, em sua primeira diretoria, a composição somente de homens. Nesse período, nenhuma mulher era associada, conforme relatado pelo presidente do STR.

Antes as mulheres não podiam se sindicalizar, elas eram dependentes, porque existia um programa chamado Funrural onde as mulheres que tinham marido eram dependentes deles. Tinha uma carteira de sócio, apenas uma, as mulheres podiam usar, fazer consulta, mas o número era o do marido. Eles eram sindicalizados. Só podiam ser associadas as que não eram casadas, aí eram chefe da casa. Como não tinha marido, era chefe da casa. (Entrevista com o Presidente do STR de Cametá, abril de 2017).

Percebe-se que, no período de fundação do STR, as mulheres dificilmente se filiavam, pois a figura patriarcal era tão presente que o homem respondia por tudo. A filiação do homem servia para ela, então ser homem tinha aquele imperativo: o homem manda e a mulher não, a mulher fica em casa.

A ausência da participação das mulheres no início da luta era grande, em função da sociedade ser dos homens, onde as mulheres eram vistas para cuidar da casa, do lar. Geralmente o local de trabalho e da convivência da mulher rural era a cozinha. Os homens iam ocupando os espaços que achavam que era tarefa sua e não da mulher. (Entrevista com o Presidente do STR de Cametá, abril de 2017).

Observa-se, na fala do presidente, que o sindicato era um espaço masculino, no qual as mulheres eram excluídas das interações e interlocuções. Quando as mulheres tiveram presença na entidade, foi para fazer serviços como ajudante em alguma diretoria, cozinhar em época de eventos, com destaque para a festa do dia 25 de julho¹, mas sem atribuição de valor pelas tarefas realizadas ou terem sua visibilidade reconhecida.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, nesse período, era atrelado ao Estado, legitimando o poder governamental. Uma das atribuições da diretoria do sindicato era organizar os serviços do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), colaborando com o governo nos serviços de saúde.

¹ Na região do Baixo Tocantins, é comemorado o Dia do Trabalhador Rural.

Para se contrapor a esse sindicalismo estatal, os trabalhadores começaram a se organizar e participar de cursos de formação sindical e política. Esses cursos foram oferecidos e organizados pela Diocese de Cametá e pela Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE), que desempenhou papel relevante no município junto aos trabalhadores rurais cametaenses, desde o final da década de 1970. Era, pois, necessário mobilizar com empenho os trabalhadores rurais na organização de um sindicato com grande poder de agregação, a fim de disputarem a eleição sindical e terem um sindicato combativo que representasse, de fato, as reivindicações e lutas dos trabalhadores rurais.

A Diocese de Cametá também teve um papel importante na formação dos trabalhadores, e um dos mais importantes pilares de sustentação do trabalho das Comunidades de Base na Diocese de Cametá foi a formação do povo. Frencken (2010, p. 467) assim descreve esse aspecto da formação:

Seguíamos o método de Paulo Freire: os cursos sempre partiam de questionamentos, devendo todos construir respostas em grupos. Aprendia-se a julgar, ser sujeito consciente de sua responsabilidade em relação à sua própria história. Aprendia-se a dar nomes ao seu próprio mundo, formular pensamentos próprios. Nós, padres, descobríamos a riqueza deste povo, dando início ao nosso próprio curso: aprender a escutar.

Esses cursos, realizados pela Igreja Católica, foram os elementos mais importantes para a formação de uma mudança de mentalidade e de atitudes e contribuíram de maneira exitosa para a formação dos movimentos sociais. Não se tratava apenas de uma formação teórica, mas de uma formação baseada nos fatos concretos da vida do povo, dando-lhe condições para refletir e transformar a realidade. Muitos resultados foram alcançados no processo de formação da Igreja, mas o maior deles foi a mudança de mentalidade do povo, e isso foi a figura central de uma profunda mudança de vida.

Em todo esse processo de organização e formação dos movimentos sociais, pastorais e sindicais, as mulheres se faziam presentes, mas, na maioria das vezes, sem ocupar espaços nas direções ou participar com qualidade nas discussões, cabendo a elas ficarem em casa cuidando dos filhos, enquanto os homens saíam para reivindicar seus direitos, chegando mesmo a ficar fora da casa durante semanas, participando de cursos de formação política e sindical.

Assim, cabia às mulheres prover os alimentos aos filhos, enquanto aos homens eram oferecidos cursos de formação e de capacitação para as discussões e enfrentamento nas lutas sociais. As poucas mulheres que participavam eram na condição de acompanhantes dos homens, muitas vezes, sem condições de expressar seus pensamentos e sentimentos, evidenciando seu papel secundário nas relações sociais.

Quando ocorriam mobilizações sociais em defesa da classe trabalhadora, como a luta pela energia elétrica², pelo crédito nas agências de financiamento, pela assistência técnica, pela saúde e por mais escolas na zona rural, dentre outras, percebia-se que a maioria dos participantes eram

² Uma das pautas de reivindicação nos anos 1990 na região do Baixo Tocantins era a extensão da Linha de Transmissão da energia elétrica de Tucuruí, pois as cidades da região funcionavam com geradores e havia um racionamento diário de energia nos bairros das cidades, em especial de Cametá. No ano de 1996, após uma grande mobilização dentro da Usina Hidrelétrica, foi assinada pelo Ministro de Minas e Energia a ordem para começarem os trabalhos do denominado Linhão de Tucuruí. A energia chegou em Cametá no ano de 1996 e, nos demais anos, nos outros municípios da região.

homens que, às vezes, ficavam dias e até semanas fora de sua casa, como foi o caso da participação no Grito da Terra Brasil³. Segundo Luís Felipe Miguel,

A desigualdade entre homens e mulheres é um traço presente na maioria das sociedades, se não em todas. Na maior parte da história, não foi camuflada nem escamoteada; pelo contrário, foi assumida como um reflexo da natureza diferenciada dos dois sexos e necessária para a sobrevivência e o progresso da espécie. Ao recusar essa compreensão, ao denunciar a situação das mulheres como efeito de padrões de opressão, o pensamento feminista caminhou para uma crítica ampla do mundo social, que reproduz assimetrias e impede a ação autônoma de muitos de seus integrantes. (MIGUEL, 2014, p. 17).

Um dos primeiros espaços de participação das mulheres nas Comunidades Cristãs foi a catequese, pois a formação recebida ajudou a terem uma postura mais desinibida, mais solta, e elas, com frequência, eram as que sustentavam o culto aos domingos com seus cantos, as orações, o peso das crianças por meio da Pastoral da Criança, enfim, as mulheres faziam a comunidade crescer e cresciam junto com as atividades ali desenvolvidas.

Em seguida, as mulheres formaram Clubes de Mães, que foram fundamentais para que elas se organizassem. Esses clubes surgiram em Cametá, ligados à Igreja Católica, e desenvolveram ações de filantropia para a população mais carente.

Os Clubes de Mães foram importantes dentro daquele momento, no contexto vivenciado, pois proporcionava às mulheres, mesmo que de forma tímida, a possibilidade de romper com formas isoladas, particulares, somente na família, e adentrar numa nova organização social de partilha, de convivência, de fraternidade, de comunidade.

A experiência de participação das mulheres nos Clubes contribuiu para serem redimensionadas práticas cotidianas vivenciadas na vida doméstica. Segundo José Coutinho Favacho, em sua dissertação de mestrado, ao abordar a Pastoral Social na Igreja Católica, indica que “[...] as mulheres estão na fase inicial de sua organização transformando os clubes de mães em movimentos que entram na esfera sindical e política” (FAVACHO, 1984, p. 110).

A partir dos anos 1990, a organização das mulheres começa a ganhar visibilidade com sua presença mais frequente na vida comunitária, envolvendo-se principalmente nos cursos oferecidos pela Diocese de Cametá, como os cursos de saúde popular, remédios caseiros, catequese, pastoral da criança e educação popular⁴.

Os cursos de remédios caseiros oferecidos pela Pastoral da Saúde eram os que mais as mulheres participavam, pois as questões da saúde da família eram vistas como ações femininas. Segundo a ex-agente da Pastoral da Saúde da Diocese de Cametá,

A criação da Pastoral da saúde pela Prelazia de Cametá foi fundamental para que as mulheres se reunissem, pois, o assunto principal tratado pela pastoral dizia respeito à saúde da mulher. Dessa maneira as mulheres foram

³ É o principal evento da agenda do movimento sindical do campo e reúne milhares de trabalhadores e das trabalhadoras rurais de todo o país em Brasília. O Grito é promovida pela Contag e é apoiado pelas Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e pelos STTRs. O primeiro Grito da Terra Brasil foi organizado e realizado em 1995.

⁴ A Diocese de Cametá, desde o início dos anos 1970, realiza um amplo processo de formação, em diversas pastorais e movimentos sociais, tornando importante o processo de conscientização, oferecendo ao povo uma pastoral de promoção humana.

se agrupando, e as reuniões aconteciam só as mulheres. Como era assunto das mulheres para elas era importante que só as mulheres participassem. O desdobramento dessas ações da Pastoral da Saúde, foi a criação de grupos nas comunidades e o trabalho com as plantas medicinais. (Entrevista realizada em março de 2017).

Essas iniciativas da Igreja despertaram nas mulheres uma consciência crítica de sua condição na família e de seu papel na sociedade. Ainda segundo a ex-agente da Pastoral,

As mulheres foram se fortalecendo e também tomando coragem de falar, de se expressar, de poder dizer “eu estou aqui”, “deixei minha casa, meus filhos...” Era um momento de saírem, primeiro das tarefas do dia a dia, mas também do trabalho da roça, indo para as comunidades celebrar. Mas essas saídas das casas não eram só aos domingos. Em outras reuniões que aconteciam nas comunidades elas participavam e lá começaram a se organizar. A partir daí os grupos das mulheres foram se fortalecendo, participando. Nesse momento não tinha mais como ignorar a presença das mulheres na região tocantina, e nos movimentos sociais. (Entrevista realizada em março de 2017)

Como os grupos organizados de mulheres nas comunidades rurais e nos bairros da zona urbana foram constituídos e estavam crescendo, houve a necessidade de as mulheres se organizarem em uma entidade de representação que pudesse levar suas propostas e anseios para as instâncias de poder local, regional e estadual. Dessa maneira, no ano de 1996, foi constituída a Associação das Mulheres do Município de Cametá (ADMCM), com mais de 200 associadas. A associação é uma organização não governamental que atua no município de Cametá, prestando assessoria aos grupos organizados nos eixos de gênero, geração de trabalho e renda e políticas públicas⁵.

A Associação tem como principais atividades a defesa dos direitos sociais, a representação das mulheres nos espaços de participação popular, via conselhos populares, assessoria na organização dos grupos nas comunidades e promoção de processos formativos, como cursos, seminários, oficinas, dentre outras atribuições. Para a presidenta da Associação das Mulheres,

Fazer parte dos conselhos populares, de representação política, era um grande desafio, onde estávamos sempre sendo testadas, se tínhamos conhecimento das temáticas debatidas. Interessante é que a maioria dos conselheiros era do movimento social e sindicatos de representação. Existiam conselhos formados por 12 pessoas, como o conselho da saúde, sendo 08 homens e 04 mulheres... mesmo assim, participávamos com afinco das discussões. (Entrevista realizada em janeiro de 2017).

Na fala da presidente, fica evidenciado que, nas relações de gênero, existem relações de poder, relações que se constroem, sejam elas iguais ou desiguais, a partir de forças sociais.

Continuando a trajetória das mulheres, foi criado, no ano de 1999, o Centro Miriti de Assessoria às Mulheres (CEMAM), organização não governamental apoiada pela Cooperação Internacional Holandesa Cordaid, que trabalhava as temáticas gênero e desenvolvimento, políticas públicas e geração de trabalho e renda. Durante os 10 anos de atuação do Centro Miriti, foi realizado um intenso

⁵ *Extraído da Ata da Fundação da Associação das Mulheres, de 1996.*

processo de formação às mulheres que visava fortalecer as identidades e relações de gênero. O Centro Miriti incentivou, ainda, a política de geração de trabalho e renda e impulsionou o processo de comercialização da produção das mulheres.

No ano de 2001, a Prefeitura Municipal de Cametá, via Secretaria de Educação e de Agricultura, em parceria com a Cooperativa Agrícola Resistência Tocantina (CART)⁶ e com o STR, criaram o Laboratório Experimental de Produção e Comercialização, que consistia numa iniciativa de superação de diversos obstáculos para comercializar a produção dos trabalhadores e trabalhadoras no município, dentre os quais podemos citar: a falta de tecnologia mínima e adequada para a conservação dos produtos perecíveis; a inexperiência da organização da pequena produção; a falta de gestão de empreendimentos agroindustriais, beneficiamento da produção; entre outros.

A despeito dessas dificuldades descritas, observa-se, a partir de 2002, o crescimento do interesse do governo local em oportunizar negócios associados à preservação ambiental e à promoção de comunidades tradicionais no município. Um dos exemplos mais bem-sucedidos foram os investimentos feitos pela Prefeitura de Cametá na introdução dos produtos regionais na merenda escolar. Desse modo, produtos como açaí (*Euterpe oleracea*), farinha de mandioca, polpa de frutas, macaxeira (*Manihot esculenta*), camarão de água doce (*Macrobrachium carcinus*), feijão caupi (*Vigna unguiculata*), entre outros, passaram a ser ofertados no cardápio da merenda escolar regionalizada.

Para dar conta dessa demanda, desenvolveu-se um consórcio entre as entidades parceiras, com destaque para o processamento do açaí, resultando, naquele momento, em aumento da renda dos pequenos agricultores extrativistas e em melhoria das condições de higiene e qualidade do suco do açaí, consumido em larga escala no município.

Para a organização das mulheres, a iniciativa do Laboratório Experimental representava uma ruptura, mesmo que pequena, nas relações de poder impostas, que sustentam um discurso discriminador contra as mulheres com base em características biológicas, reservando-lhes, por conseguinte, ocupações, na maioria das vezes, em atividades que não geram renda.

No entanto, essa parceria não foi bem-sucedida. A gerência era exercida pelas mulheres, mas a representação jurídica era da CART, que recebia o pagamento junto à Prefeitura de Cametá. Outro aspecto discutido era que os produtos entregues pelas mulheres não eram reconhecidos como “sua” produção, o que dificultava uma maior visibilidade da organização da Associação das Mulheres.

Com o governo popular foi estabelecida uma parceria e organizamos um laboratório experimental que consistia em comprar a produção das mulheres, entregue pelas mulheres. Nas comunidades existiam os grupos de mulheres e as lideranças organizavam a produção, de açaí e outras frutas. O laboratório, sob a coordenação só de mulheres, mesmo com homens trabalhando, mas a gerência era das mulheres, conseguia entregar na merenda escolar polpa de açaí e de frutas, em parceria com a Secretaria de Agricultura. Até aí estava tudo muito bem... crescendo bem, mas como se tratava de ter participação de outras enti-

⁶ A CART é uma Cooperativa agrícola, localizada em Cametá, que surgiu a partir da Casa do Lavrador. O quadro social da CART é formado por camponeses e vem atender as demandas dos trabalhadores financiados pelo Fundo Constitucional do Norte (FNO).

dades, como o sindicato, outra cooperativa já organizada, que denominávamos de cooperativa dos homens, começou uma certa divergência... afinal de quem é essa identidade? Quem é que gerencia isso... quem se fortalece? Passou mais pelo fortalecimento político... porque se isto der certo as mulheres vão crescer muito, sabendo que as mulheres tanto do centro de assessoria como das bases tinham potencial enorme para assumir muita coisa na política do município. Com tantos conflitos a parceria terminou. (Presidente da ONG Centro Miriti, entrevista realizada em março de 2017).

Na fala da presidente do Centro Miriti, as mulheres começaram a perceber que não havia visibilidade em seu trabalho e que sua produção era vista como produção dos maridos, estes que, na maioria das vezes, vinham entregar o produto e receber o dinheiro. A ideia de trabalhar a produção em conjunto com os homens não foi exitosa, pois, mais uma vez, a produção das mulheres ficou invisível. Fazia-se necessário, nesse momento, as mulheres fazerem sua própria história.

Diante de toda discussão no decorrer dos anos, da falta de reconhecimento do trabalho das mulheres e de agregar valores à sua produção, foi criada, no ano de 2005, a Cooperativa Agroindustrial e Extrativista das Mulheres de Cametá, com um quadro social de quarenta sócias de comunidades localizadas em ilhas, áreas de terra firme rurais e urbanas, espalhadas no território do Baixo Tocantins. As mulheres que fazem parte da cooperativa são, em sua maioria, trabalhadoras rurais e seu modo de subsistência é pautado no extrativismo. A Cooperativa proporciona às suas cooperadas atividades de capacitação e formação em agroindustrialização, comercialização, artesanato e autogestão de empreendimentos econômicos solidários⁷. As mulheres veem, assim, na Cooperativa, a perspectiva de criação de valores e de vivências que fortalecem o seu processo de libertação e empoderamento.

Toda a trajetória da organização das mulheres, desde a presença no culto, na catequese, nos clubes de mães, nas pastorais da criança e saúde, nos remete para compreender as relações de gênero. A distinção conceitual entre sexo e gênero, desenvolvida pela historiadora Joan Scott, é uma ferramenta útil para discutir gênero e tem sido amplamente utilizada em quase todas as áreas do conhecimento. Ao analisar as relações de gênero, parte-se do raciocínio de que a divisão de trabalho e as relações entre homens e mulheres não são construídas em função de suas características biológicas, mas sim como um produto social que legitima as relações de poder.

A criação da Cooperativa das Mulheres de Cametá foi pensada a partir dessa compreensão, “[...] na afirmação de igualdade fundamental entre homens e mulheres” (MIGUEL, 2014, p. 63) e de que elas são capazes de conduzir seu próprio caminho, ser cidadãs e ter sua visibilidade reconhecida, sobretudo, dentro dos movimentos sociais; compreender que os problemas das mulheres não se devem, principalmente, às suas diferenças biológicas em relação aos homens, mas às suas interações sociais e às suas diferenças definidas culturalmente; ter a percepção de que a divisão do trabalho numa sociedade deve ser explicada pelas diferenças de gênero e não pelas diferenças de sexo, onde tanto homens como mulheres desempenham papéis na esfera da produção, na vida pública, do nível comunitário ao governamental.

No entanto, no decorrer desses anos de atuação da Cooperativa, as mulheres se depararam com inúmeros problemas, dentre eles, a invisibilidade de seu trabalho, que ainda persiste, a falta

⁷ Extraído do Estatuto da Cooperativa das Mulheres, de 2005.

de espaço nos órgãos de representação política e a dificuldade de vender a produção, frustrando a tão sonhada igualdade de gênero. Para essas mulheres,

[...] a igualdade reivindicada vai ser entendida como a busca pela inserção numa universalidade que não é neutra – já está preenchida com as características do masculino [...] As mulheres querem ser cidadãs, mas a própria ideia de cidadania foi construída tomando como base a posição do homem (e, em particular, do homem branco e proprietário) numa sociedade marcada por desigualdades de gênero, bem como de raça e classe. (MIGUEL, 2014, p. 64).

2. Para Colher os Frutos Tem que Plantar a Árvore: Quem planta? Quem colhe? Quem vende a produção? A presença masculina no espaço da Cooperativa das Mulheres

Ao desenvolver a pesquisa, observamos, nos documentos e nas imagens que nos foram concedidas, a presença de homens na organização da Cooperativa das Mulheres, no período que compreendeu os anos de 2005 a 2010. De imediato, anotamos esse dado no caderno de campo para que nada nos escapasse, a fim de que, posteriormente, pudéssemos dialogar com as nossas interlocutoras e verificar a percepção delas acerca dessa situação, pois, no dizer de Evans-Pritchard (1978, p. 315), “[...] todo processo social, toda relação social, toda ideia tem sua representação em palavras e objetos, e se alguém consegue dominar as palavras e as coisas, nada termina por escapar”.

Disso derivou nossa inquietação: já que a Cooperativa estava se consolidando como instrumento de luta e de visibilidade das mulheres, o que representava a presença de homens no dia a dia da organização, exercendo funções que iam desde o trabalho visto como “mais pesado” – capinar o terreno para o plantio, destocar, arar a terra, carregar os frutos para o processamento –, até o trabalho de gerente e representante junto às Instituições de financiamento da Cooperativa?

Ao dialogar com as mulheres, um dos primeiros argumentos relatados por uma sócia cooperada foi em relação à força física do homem:

Nós não dávamos conta de realizar o trabalho sendo só mulheres e precisávamos dos homens ao nosso lado, principalmente para capinar, arar, destocar e fazer os serviços mais pesados. Mas não era qualquer homem, que viesse *pru* mandar na gente. Eram os homens ligados às nossas famílias, ao nosso trabalho e que estavam sempre nos apoiando. No movimento de mulheres aprendemos a falar de igualdade e não de superioridade de um em relação ao outro. (Mulher 1, sócia da Cooperativa. Entrevista realizada em maio de 2017).

Dialogando com outra mulher, que foi fundadora da Cooperativa e participou de todo o processo de constituição da entidade, disse não estranhar a presença dos homens no espaço das mulheres, uma vez que discutir relações de gênero era compreender a igualdade de ambos no processo de organização social.

Olha, eles fizeram o serviço mais pesado. E foi bom porque a gente acabou envolvendo nossas famílias também, como os maridos e filhos. Se a gente ganha, eles também ganham... a família é que ganha, né? Eles vendo o que a gente está fazendo, eles nos apoiam. Mas o importante é que o trabalho

da gerência, da venda da produção, de fazer o pagamento, são as mulheres que fazem. Também nós representamos as 40 mulheres da cooperativa nas reuniões do sindicato dos rurais, quando nos chamam na igreja, na colônia e nas agendas de manifestações, como foi a luta pelo asfaltamento da Transcemetá. (Mulher 2, sócia da Cooperativa, entrevista realizada em maio de 2017).

Nas duas falas, percebemos que o esforço físico foi apontado como uma das razões para os homens serem considerados importantes no trabalho agrícola, por isso a presença essencial deles, mesmo em se tratando de um espaço de mulheres. Percebemos também que há uma lógica da solidariedade familiar, quando, mesmo em espaços de mulheres, envolvem maridos e filhos, que, na maioria das vezes, escondem as relações de produção e invisibiliza a mulher do meio de produção, como trabalhadora.

No caso específico da Cooperativa das Mulheres, os homens foram os responsáveis para que o terreno ficasse em condições de receber o plantio das frutas, das hortas de plantas medicinais e alimentícias; mas essas atividades também foram realizadas e coordenadas pelas mulheres, só que elas não apareceram e, em nenhum momento, deixaram explícito que estavam presentes nessa fase de organizar o terreno para o plantio. As atividades narradas por elas foram as de entregar a produção, manipular os remédios caseiros, beneficiar os frutos, procurar mercado para venda da produção e gerir financeiramente a cooperativa.

No entanto, quando se olha para a realidade, não há tarefa que as mulheres não executem, desde arar a terra, “apanhar” o açaí, roçar o quintal, plantar e fazer farinha, até pilotar barcos e lanchas – antes, restrito ao fazer do homem. Nesse sentido, destaca-se que participamos, na localidade de Mupi (de onde muitas mulheres cooperadas são oriundas), de uma experiência que elas denominaram “dia de campo”, em que realizaram atividades desde o plantio da mandioca até a produção final, que é a farinha de mandioca.

Quando chegamos, estava tudo organizado, e logo nos deslocamos para o roçado. A Presidente da Associação das Mulheres de Cametá nos acompanhou, uma vez que o grupo das mulheres do Mupi faz parte da Associação, assim como a Ex-Presidenta da Cooperativa das Mulheres, que faz parte do grupo e mora na localidade.

De imediato, chamou-nos atenção a presença de muitos homens que iam estar conosco naquele dia e algumas crianças. Indagando o porquê daquela situação às mulheres, elas nos responderam que eram seus maridos e filhos e que essa era uma prática frequente entre eles, confirmando o que diz Saffioti de que “[...] enquanto a família existia como unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental” (SAFFIOTI, 2013, p. 63). Elas deixaram claro que a ação era das mulheres e eles estavam ali para “ajudar”, “apoiar” e ser o “suporte” no trabalho de risco e mais pesado.

A primeira atividade que realizaram foi mostrar como plantar mandioca, onde utilizaram pedaços de caule de plantas adultas saudáveis de maniva. Em pedaços com 15 a 25cm de comprimento e com cerca de 2,5cm de diâmetro, colocaram, de forma horizontal, dentro da cova. A seguir, nos levaram até o tanque onde a mandioca já estava de molho, desde o dia anterior, para posterior descascação de maneira manual, utilizando a própria faca.

A mandioca foi retirada dos tanques e a fase de lavagem, finalizada. Em seguida, elas foram raladas. Para tanto, foi utilizado um aparelho, chamado de “caititu”, que tem um ralador com lâ-

minas movimentadas por um motor. Toda a mandioca foi colocada manualmente no equipamento pelos homens, que eram os responsáveis em ralar a mandioca, por se tratar, na compreensão dos maridos, de um trabalho de risco para as mulheres.

Sob a capa de uma proteção que o homem deveria oferecer à mulher em virtude da fragilidade desta, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe da família. (SAFFIOTI, 2013, p. 63).

Percebemos, naquele momento, que os homens precisavam intervir, a fim de demarcar seu lugar, como chefe e provedor da família, como o sexo forte.

Ainda sobre as atividades que o grupo desenvolveu, observamos que, depois de ralada, a mandioca passava à etapa de prensagem, onde a massa foi colocada dentro de um tipiti, a fim de que toda a água fosse retirada. Com a mandioca já prensada, eram então abertos os tipitis e as mulheres espalhavam a massa sobre mesas grandes e depois peneiravam para retirar os pedaços maiores, que não deveriam passar à etapa seguinte.

Por fim, a mandioca era torrada em tachos de ferro no fogão a lenha. Essa era uma etapa bastante demorada e, segundo as mulheres, a mais complicada. Era muito importante saber identificar o ponto certo de torrefação, porque era fácil deixar passá-lo e, nesse caso, toda a farinha queimava e se perdia. Elas identificavam esse ponto pelo barulho que fazia a farinha quando esta era friccionada com os dedos.

Após o processo, a farinha era colocada em sacos de 30 quilos, tarefa esta feita pelos homens, para ser vendida ou na própria Vila do Mupi ou entregue na Cooperativa das Mulheres.

Analisando a situação acima descrita, percebe-se que a presença dos homens nos espaços de produção das mulheres ainda é muito forte, o que invisibiliza sua atuação, afirmando que o princípio da igualdade entre mulheres e homens “[...] permanece válido apenas no plano jurídico” (SAFFIOTI, 2013, p. 160), *no papel*, na Constituição Federal. É bem verdade que têm ocorrido avanços na conquista de espaços políticos de expressão e reconhecimento, na possibilidade de acesso à educação, na capacidade de desempenho profissional das mulheres. Mas impasses relativos ao trabalho doméstico ainda são questões cruciais a serem resolvidas.

Ao considerarmos todo processo de produção da farinha de mandioca, percebemos que as mulheres desenvolveram ações que já lhes são pertinentes no ambiente doméstico, como plantar, fazer a massa, limpar forno da farinha, mantendo, paralelamente, as demais atividades do ambiente doméstico, com todos os seus desdobramentos, que consiste em organizar a casa, tratar do bem-estar do marido e dos filhos, da educação da prole, entre outros. Aos homens, coube a venda da produção, pois tomaram a iniciativa de ensacar a farinha que seria levada à feira local e à Cooperativa das Mulheres.

Figura 1 – Distribuição de lanche.



Fonte: Pesquisa em campo de Salete Aquime, 2016.

Na figura acima, a ex-presidenta da Cooperativa e mais algumas associadas servem lanche para os homens, mesmo sendo uma ação das mulheres. Essa atitude demonstra que a reprodução dos papéis de homens e mulheres é feita de maneira automática. A força, o impacto dessa questão é tão decisivo, forte e naturalizado, que é visto como normal, mesmo em se tratando de mulheres que têm uma leitura de seu papel social.

No caso específico da Cooperativa, a presença masculina não é só um caso de trabalhar gênero em pé de igualdade entre homens e mulheres, envolvendo todos no mesmo rumo de trabalho, mas percebe-se que ainda há um forte vínculo com os homens, onde ainda não se rompeu as amarras da dependência da mulher em relação ao homem, seja ele marido, filho ou militante dos movimentos sociais.

3. Mulheres como companheiras de luta, mas não de poder: a invisibilidade ainda persiste. É preciso intensificar a marca mulher!

As reivindicações das mulheres de Cameté vêm desde a década de 1990, quando elas começam a perceber a opressão de gênero, pois os privilégios dos homens acabaram hegemonizando formas de cultura, enfatizando a ideia de que mulher não combinava com poder. Por conta da fragilidade construída e imposta às mulheres, elas conquistaram o espaço de trabalho fora do lar, mas não conquistaram o espaço de decisões, o poder.

As mulheres participavam das lutas nos movimentos sociais, porém, com grandes dificuldades de expressar ações contrárias ao patriarcalismo, que lhes negava espaços de direção, de comando e de poder nas organizações sociais.

A organização das Mulheres em uma Cooperativa visava, assim, integrá-las ao mercado de trabalho, mostrando a sua eficiência e sua visibilidade, em um esforço para empoderá-las, de modo que melhorassem sua posição em relação aos homens, dentro dos movimentos sociais.

No entanto, há uma dificuldade muito grande dentro da Cooperativa de compreender essa relação de gênero, essa consciência de gênero que impera nas organizações sociais. O fato

de terem se organizado e criado uma Cooperativa só de mulheres não pode ser simplesmente aderido aos modelos de desenvolvimentos existentes de outras cooperativas e associações. Isso faz com que a Cooperativa vá a “reboque” das ações discutidas e planejadas por outros grupos, sem considerar as questões de gênero. “A consciência de gênero não é uma questão separada ou adicional a ser tratada, mas é um modo de ver, uma perspectiva, um conjunto de compreensões que informam nossa visão sobre as pessoas e a sociedade” (OXFAM, 1999, p. 13).

A Cooperativa das Mulheres participa da Feira da Agricultura Familiar⁸, formada por vários Sindicatos, Cooperativas Mistas e Associações de produtores de Cametá. Quem organiza a Feira é o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, a Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes (APACC) e a Diocese de Cametá. A participação da Cooperativa só se dá no dia da Feira, quando levam seus produtos para exposição e venda.

A gente continua invisível. Falta o comprometimento das sócias, da assessoria, do governo municipal e das outras cooperativas de Cametá e do Baixo Tocantins. As outras organizações não nos valorizam, deixam a gente de lado porque somos mulheres. Eu acho que com a criação da Cooperativa das Mulheres os homens se sentiram afrontados. Eles sempre dizem: a gente não tem uma agroindústria, um local para manipular a produção, um local para vender a produção, que seja um ponto de referência. A Cooperativa das Mulheres tem o espaço dela, a sede, a Pousada, a agroindústria e a loja de vender a produção. Um empreendimento maior do que dos homens, né? (Diretora Financeira da Cooperativa, entrevista realizada em outubro de 2017).

A própria Diretora Financeira da Cooperativa questiona a maneira como são tratadas as discussões de gênero dentro dos movimentos sociais. Discutir gênero “[...] significa olhar com novos olhos e de um modo que está constantemente aberto para aprender mais” (OXFAM, 1999, p. 13).

A questão da invisibilidade, que é um fator que vem à tona quando se trata de poder, deve ser evocada pelas próprias cooperadas, o que muitas vezes não acontece. Por exemplo, numa das exposições na Feira da Agricultura Familiar, não havia sequer identificação própria que pudesse indicar que o local da exposição pertencia a uma Cooperativa de Mulheres.

No dia 23 de setembro de 2017, deslocamo-nos cedo para acompanhar todo o processo de organização da Feira da Agricultura Familiar. No local, observamos que a montagem das barracas ficou por conta da equipe de infraestrutura, formada por homens. Depois de as barracas estarem montadas, cada organização social arrumou sua produção nelas. Em cada barraca, havia uma identificação que indicava a procedência da produção e a que organização pertencia. Assim, na barraca da Cooperativa das Mulheres havia uma identificação com a sigla COOPMUC. Isso nos chamou a atenção, porque aquela placa não identificava que aquela produção era das Mulheres.

Indagamos às pessoas que estavam presentes naquela Feira se elas estavam interessadas em comprar os produtos da Cooperativa das Mulheres e elas nos perguntavam onde ficava o local da venda, pois desconheciam que, naquele espaço, havia uma produção somente de Mulheres.

⁸ Duas vezes ao mês é realizada a Feira da Agricultura Familiar, que é um espaço de venda e exposição dos produtos das organizações sociais.

Figura 2 – Espaço da Cooperativa das Mulheres na Feira da Agricultura Familiar.



Fonte: Pesquisa em campo de Salete Aquime, 2017.

A invisibilidade das mulheres naquele local era de responsabilidade delas mesmas, que não demarcaram seu campo de atuação, uma vez que a Feira é vista como espaço masculino; não se identificaram como Mulheres, o que as colocou em uma situação imperceptível. Segundo Miguel (2014, p. 65),

Não basta exigir o acesso das mulheres às atividades próprias dos homens. É necessário também redefinir os critérios de valoração que fazem com que algumas atividades (as deles) sejam consideradas mais importantes que outras (as delas) e que fazem com que algumas formas de comportamento (as deles) sejam vistas como universalizáveis, enquanto outras (as delas) apareçam como inevitavelmente ligadas a uma posição particular.

Dialogando com as mulheres da Cooperativa sobre essa invisibilidade, percebemos que é urgente trabalhar com os homens dos movimentos sociais a temática de gênero, caso se queira transformar as relações de dominância existentes.

A identificação tanto da placa quanto do *banner* foi feita por um homem, segundo uma associada, que não se preocupou em identificar a Cooperativa como um espaço de Mulheres. Acrescenta também que houve uma permissão para que esse material fosse feito. Percebemos que há uma cumplicidade latente entre os homens que “ajudam” na Cooperativa e as sócias. “Se considera errôneo não enxergar no patriarcado uma relação, na qual, obviamente atuam as duas partes” (SAFFIOTI, 2015, p. 126).

Figura 3 – Nova logomarca da Cooperativa.



Fonte: Cooperativa das Mulheres, 2017.

No mês seguinte, outubro de 2017, voltamos à Feira da Agricultura Familiar e já percebemos que a Cooperativa havia mudado a logomarca, dando ênfase ao nome *Cooperativa das Mulheres*, o que as identificou como organização social específica de Mulheres.

Durante esses meses em campo, convivendo com as mulheres da Cooperativa, conversando com outros atores dentro do movimento social, foi possível observar entraves e desafios que são postos às mulheres em sua participação política, sindical e econômica.

A Cooperativa das Mulheres vem de uma trajetória de luta junto com os movimentos sociais e tem seu processo de criação a partir do ano 2000, quando as mulheres criam o consórcio para a venda de sua produção por meio do Laboratório Experimental, que era uma pequena unidade de beneficiamento. As mulheres já tinham sua organização, a sua Associação, mas precisavam adentrar no campo do trabalho produtivo.

Era urgente que as mulheres criassem um espaço, onde suas ações fossem visibilizadas, onde elas fossem gestoras do seu trabalho, aquela que gera renda para sua família. O trabalho da mulher era invisível e o objetivo com a criação da cooperativa era empoderá-las, de conhecimento, em especial para agregar valor à sua produção e ela mesma começar a comercializar, gerir e mostrar seu potencial enquanto mulher, não só em Cametá, mas em toda região. (Sócia-fundadora da Cooperativa e ex-gerente do Laboratório Experimental, entrevista realizada em agosto de 2017).

Impulsionadas pelo Governo Popular, que administrava o Município (Partido dos Trabalhadores), nos anos de 2001 a 2004, e que absorvia a produção dos trabalhadores da agricultura familiar, as mulheres entregavam sua produção, geriam seus projetos nos grupos em sua localidade e, motivadas pelo espaço que haviam conquistado, constituíram, juridicamente, em abril de 2005, a Cooperativa Agroindustrial e Extrativista das Mulheres. É importante salientar que a Cooperativa foi criada num momento de incertezas para os movimentos sociais, pois o novo

gestor, prefeito eleito para o mandato de 2005-2008⁹, do Partido Democratas (DEM), não dava nenhuma garantia de comprar a produção da agricultura familiar para ser absorvida na merenda escolar.

Mesmo assim, o que se viu foi uma expansão de suas ações que poucas organizações sociais conseguiram experimentar no município. Parcerias foram realizadas com entidades da Cooperação Internacional para aquisição do espaço onde funciona a Pousada Escola¹⁰, assim como para a compra da Unidade de Beneficiamento¹¹. Houve um processo contínuo de capacitação das mulheres que culminou com desdobramentos importantes na venda da produção, com destaque para a polpa de frutos, remédios fitoterápicos e artesanato.

CONCLUSÃO

Ultimamente o que se pode observar é um pequeno declínio no processo de organização da produção, uma vez que, as mulheres que estavam à frente da cooperativa, passaram em concurso público e tiveram que assumir seus cargos, principalmente de professoras, diminuindo sua participação na Cooperativa. Com o afastamento das principais lideranças, houve um certo declínio nas ações realizadas, uma vez que essas lideranças participaram de todo processo de constituição da Cooperativa e de todo processo de capacitação nas temáticas de gênero, cooperativismo e políticas públicas.

Percebe-se que o cooperativismo não foi muito trabalhado com as sócias, uma vez que as cooperadas trabalhavam com intenção de receber imediatamente um recurso, devido ao grau de pobreza, quando a política do cooperativismo é de longo prazo. Isso também está sendo um problema.

Como não houve compreensão da política cooperativista, as mulheres vendem para os atravessadores, por um preço menor, diminuindo, assim, sua capacidade organizativa.

Diante das incertezas da venda da produção e diante da própria ação dos atravessadores, que compram a produção e pagam no ato da compra, a direção da Cooperativa está alugando o espaço onde funciona a agroindústria de processamento para um consórcio que ganhou a licitação para venda da merenda escolar do município. Está estudando também a possibilidade de entregar a produção das mulheres para esse consórcio, até ver novos mercados, de modo que a Cooperativa das Mulheres continue com suas atividades de produção.

Há muito ainda a ser feito, apesar de todas as conquistas alcançadas. É impossível realizar essa transformação sem acabar com as bases ideológicas da sociedade capitalista, dentre elas, as desigualdades nas relações de gênero, de um modelo ideológico em que o chefe da família sempre foi o homem, o provedor da família, e, conseqüentemente, dominador do espaço público das decisões e centralizador do poder. “A dominação masculina impôs às mulheres espaços da não visibilidade, da não palavra, do confinamento ao privado e à reprodução” (COLLING,2014).

A necessidade de discutir gênero se justifica pela necessidade de alavancar as lutas de classes, visando à transformação social, em um momento delicado de exclusão de direitos, de

⁹ O Prefeito foi reeleito em 2008, administrando o município de 2005-2012.

¹⁰ Foi feito um projeto, em 2005, para uma Entidade de Cooperação Internacional denominada Manos Unidos, (Espanha), que acreditou no potencial organizativo da Cooperativa e apoiou a compra do espaço onde funcionam as atividades. Essa intermediação foi realizada com a preciosa colaboração do Bispo da Diocese de Cametá.

¹¹ A Unidade de Beneficiamento foi adquirida em parceria com a Cooperação Internacional Ucodep e Oxfam (Itália).

efervescência política pelo qual passa a sociedade brasileira. A cooperativa luta por uma sociedade onde não exista desigualdade baseada em classe, raça e gênero. Se empenha para que as necessidades básicas se convertam em direitos básicos e onde a pobreza e toda forma de violência sejam eliminadas.

REFERÊNCIAS

CENTRO MIRITI. Relatório diagnóstico do Centro Miriti. Cametá, set. 2002. Mimeo.

COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

ESTATUTO da Cooperativa das Mulheres. Cametá, PA, 2005. Mimeo.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. São Paulo: Jorge Zahar, 1978.

FAVACHO, José Coutinho. *O Catolicismo Amazônico e as CEBs diante das transformações sociais em ocorrência na região: estudo sobre a pastoral da Prelazia de Cametá, à luz da Teologia da Libertação*. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

FRENCKEN, Geraldo. *Em Missão: Padres da Congregação da Missão no Nordeste e Norte do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

OXFAM. *Manual de Formação em Gênero da Oxfam*. Grã-Bretanha: OXFAM, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes*. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.